



----- **Mandato 2017/2021** -----

----- **Conferência de Representantes dos Grupos Municipais** -----

----- **Ata Número Quatro** -----

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo. -----

----- Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva que, também, assinou a referida lista. ----

----- Às quinze horas, a Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1. Aprovação da ata nº 1 e da ata n.º 2 (doc 1 e 2); -----
- 2. Fixação da composição final das Comissões Permanentes, distribuição de Presidentes e Secretários ou Secretárias e marcação da tomada de posse (doc 3);-----
- 3. Informação sobre a distribuição de pelouros na Câmara Municipal de Lisboa e correspondência com as Comissões Permanentes (doc 4 e 5); -----
- 4. Calendário de apreciação das propostas da Câmara Municipal relativas a:-----
 - - Opções do Plano 2018-2021; -----
 - - Orçamento Municipal 2018; -----
 - - Tabela de Taxas 2018 e Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas; -----
 - - Mapa de Pessoal;-----
 - - Política fiscal municipal para 2018; -----
 - - Instrumentos de gestão previsional das empresas municipais; -----
- 5. Eleição da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa no dia 11 de dezembro de 2017 (doc 6);-----
- 6. Ajustamento do Calendário das reuniões da AML até final de 2017 (doc 7);-----
- 7. Outros assuntos: -----
 - - Clarificação da aplicação do método de *Hondt* à indicação de personalidades para o Conselho Municipal de Segurança. -----

Ponto 1 – Aprovação da ata nº 1 e da ata n.º 2 (doc 1 e 2); -----

----- **A Senhora Presidente** deu início aos trabalhos, informando que havia uma correção na ata número dois, e que a Segunda Secretária já tinha tomado a devida nota e que, depois, daria aos serviços. -----

----- Procedeu-se, de seguida, à votação das atas número um e número dois, tendo sido ambas aprovadas por unanimidade. -----



----- Assegurou que as respetivas correções seriam introduzidas e que, daquela forma, seria mais sensato dizer as correções e depois votar as referidas atas.-----

----- Referiu que o critério mais expedito seria cada um ter direito a corrigir as suas falas, pelo que não iriam pronunciar-se sobre as falas de cada um. Portanto, cada um poderia ter-se expressado mal e querer corrigir, e aquele era o princípio que se adotava na redação do Diário da Assembleia da República, portanto, achava que poderia servir para ali, igualmente.-----

----- Continuou dizendo que se não houvesse nenhuma alteração à parte deliberativa, iria colocar à consideração a votação das atas, uma vez mais, sendo que seriam colocadas uma de cada vez.-----

----- Ata número um, não houve votos contra, nem abstenções, assim a ata número um foi aprovada por unanimidade. Não tendo participado na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes na reunião.-----

----- Ata número dois, não houve votos contra, nem abstenções, assim a ata número dois foi aprovada por unanimidade. Não tendo participado na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes na reunião.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, salientou que, pela importância das atas, as mesmas deveriam ser distribuídas com alguma antecedência para que pudessem ser lidas.-----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que a falha tinha sido dela porque, normalmente, era ela que colocava no *site* os documentos da Conferência de Representantes e que, muitas vezes era a própria que os tinha de elaborar. E não tinha tido tempo de os colocar no site de forma mais atempada, pelo que pedia desculpa. Uma das atas só tinha chegado na sexta-feira pelo que a tinha colocado à pressa no *site*. Mas quando assim fosse, os Deputados que pedissem para que fosse adiada a votação da ata. Não havia problema nenhum, aprovar-se-ia na reunião seguinte. As atas eram elaboradas no serviço, pelo que não havia qualquer problema.-----

Ponto 2 – Fixação da composição final das Comissões Permanentes, distribuição de Presidentes e Secretários ou Secretárias e marcação da tomada de posse (doc 3)

----- **A Senhora Presidente** continuou, dizendo que passariam ao assunto do ponto dois, e que o mesmo era um pouco complexo uma vez que tinha feito distribuir uma primeira proposta inicial e que sobre aquela primeira proposta, o PSD tinha pedido para fazer alterações. E quando o PSD fez as alterações, de imediato, mandou distribuir, novamente, e naquela segunda distribuição o CDS-PP pediu, igualmente, para fazer alterações, e o PS, também. Ora, para manter o critério da representatividade e garantir a proporcionalidade da maioria implicava ir aumentando o número de Deputados e, assim sendo, disse que começava a ficar preocupada pois cada vez que metesse mais uma alteração, tinham que aumentar, proporcionalmente, os números de Deputados dos grupos da maioria, naquele caso, o grupo da maioria que era só um grupo, os restantes eram Deputados Independentes, o que poderia criar alguns desequilíbrios.-----



----- Tendo em atenção que tinham que manter alguma contenção naquelas matérias, a Senhora Presidente afirmou que tinha estado a estudar o Regimento da Assembleia da República para saber quais eram os critérios na Assembleia da República, porque se servia para os Senhores Deputados da Assembleia da República, também serviria para os Senhores Deputados da Assembleia Municipal.-----

----- Referiu que tinha sido enviado o documento a justificar a sua proposta. Naquele sentido, tinha mandado um documento a dizer que no Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa dizia que os Senhores Deputados teriam que participar em pelo menos, uma comissão, depois, poderia participar até três comissões, ou até duas, em determinadas condições.-----

----- No Regimento da Assembleia da República era mais restrito, dizia que os Deputados só participavam numa comissão, como efetivos, e numa, como suplentes. Mas se o Grupo Municipal não tivesse o número de Deputados suficientes para poder estar em todas as comissões, poderia ir até três. E se fosse preciso para equilibrar a representatividade, poderiam ir até dois. Mas só para equilibrar a representatividade.-----

----- Portanto, se ali adotassem um critério semelhante, resultaria a proposta que apresentava ali. Mas tinha que ouvir todos os presentes porque, basicamente, aquela situação implicava com os partidos maiores. Para os partidos mais pequenos não havia alteração, mantinha-se a proposta que tinham feito. Para o BE, também, não havia alteração, mantinha-se as oito posições que tinham solicitado. Começava a haver alterações a partir dos partidos que tinham cinco deputados, e se pudesse ir até às dez posições, poderiam ter mais posições, tanto o CDS-PP, como o PCP que, inicialmente, só tinham apresentado oito posições, um Deputado em cada comissão. Mas se adotassem a regra mais alargada, poderiam ir até dez.-----

----- Quanto ao PSD, o mesmo tinha feito vários ajustes mas para ficar equilibrado aquilo ultrapassava duas posições por cada Deputado do PSD, ultrapassando, assim, os vinte e quatro lugares. Portanto, dois já era o limite.-----

----- Quanto ao PS também este ultrapassava o dobro, os sessenta e seis lugares. Portanto, estava com uma grande dificuldade, o que já a começava a preocupar pois, as Comissões já deveriam estar constituídas porque tinham petições atrasadas para apreciarem, iriam ter o orçamento para apreciar, e não tinham as comissões constituídas.-----

----- Queria ouvir todos sobre aquela questão para encontrarem, em conjunto, uma solução.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** solicitou um esclarecimento relativamente àquela proposta apresentada, perguntou se a mesma implicava alguma redução de comissões para o PAN, ou se tinha a ver com outras coisas?

----- Aquela proposta não era explícita, tinha uma alínea b) genérica que poderia, eventualmente, até afetar o PAN, se fosse caso disso.-----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que a ideia não era aquela. O que apresentava ali era um Draft, um exercício seu. Se porventura optassem para uma solução daquele



género, significava que tinha de alterar o Regimento porque aquilo não era o que o Regimento dizia. O Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa era mais generoso.-----
----- Com aquela redação que ali tinham não prejudicava os partidos pequenos que continuavam a ir até três posições. Para os partidos maiores estabelecia um limite, os mesmos não podiam ultrapassar duas posições para cada deputado, mas só para garantir a proporcionalidade. Se não fosse necessário, não era preciso ter tantas posições. Aquela questão prejudica os partidos maiores, não prejudicava os partidos mais pequenos. Mas era uma alteração do Regimento. Daí ter colocado como Draft, porque, ainda, iriam ter o grupo de trabalho para revisão do Regimento, o qual iria começar a trabalhar. Se considerassem aquilo relevante, o grupo de trabalho poderia iniciar por ali. -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** informou que o PAN não era a favor daquela medida, mesmo que não afetasse o PAN. -----
----- Referiu que tinha estado a observar a questão da representatividade, e o PAN tinha o equivalente a 4, 4,5%, na Assembleia Municipal, de votação, o que queria dizer que para uma comissão de vinte elementos, 4% na Assembleia Municipal, em termos de representatividade numa comissão tipicamente de vinte deputados, o PAN teria de ter, pelo menos, um deputado. O que queria dizer, à partida, deveriam de ter quatro posições, cada deputado, uma vez que havia comissões em que estavam representados. -----
----- Continuou, dizendo que, tendo em atenção a tal desejada contenção, o PAN aceitava aquilo que estava no Regimento. Parecia-lhes que qualquer redução àquilo que estava no Regimento, não era de aceitar. -----
----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, solicitou que a esclarecessem sobre a redação atual do Regimento a qual dizia que os Deputados poderiam estar até três comissões, portanto, um grupo municipal com dois deputados nunca conseguiria estar nas oito comissões. Haveria sempre duas comissões que ficariam sem representação dos grupos municipais com dois deputados, perguntou. -----
----- **A Senhora Presidente** respondeu que a questão até três deputados, quando não tinham deputados suficientes, mantinha-se, quer no atual regimento, quer na proposta que tinha apresentado. Aquela posição ficava igual. -----
----- A proposta que apresentou ali era de contenção nos grupos maiores. Não era nos grupos municipais mais pequenos. Os grupos mais pequenos ficavam, exatamente, iguais. -
----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, continuou dizendo que, apesar de precisar de um pouco mais de tempo para ver com o grupo municipal, não lhe parecia mal aquela nova redação. -----
----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** referiu que do draft que lhe tinha sido enviado, em princípio, e considerando que o BE tinha, apenas, quatro deputados, não lhes parecia mal aquela proposta. -----
----- No entanto, sendo aquilo uma alteração do Regimento, fazia mais sentido aquela proposta ser apresentada no Grupo de Trabalho do Regimento, enquanto proposta da Mesa, por exemplo. Seria o sítio mais correto para debater aquela questão. -----



----- **A Senhora Presidente** respondeu que tinham um problema, a composição das comissões tinha de ser fixada em Plenário. Portanto, com, ou sem, alteração do Regimento, a mesma tinha de ser fixada em Plenário. Ainda não tinha sido, porque não tinha chegado a acordo. Portanto, tinha de resolver aquele problema. E tinham o Regimento para rever. -----

----- Alertou que poderiam resolver aquilo sem mexer no Regimento, era evidente. Estava só a explicar qual era o critério que a fez trazer, ali, aquela proposta. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** respondeu que não lhes parecia mal aquele critério porque garantia que não houvesse uma “sobrelocação” de determinados partidos relativamente a outros. -----

----- Mas, parecia-lhe que da última Conferência de Representantes tinha ficado, mais, ou menos, consensualizado que se avançaria com a composição das comissões para que as mesmas, pudessem entrar em funcionamento. E se, mais tarde, houvesse aquela alteração no Regimento, depois, se fariam as alterações necessárias porque, o que era urgente, naquele momento, era que as comissões entrassem em funcionamento o mais rapidamente, possível. Havia uma série de documentos, petições e peticionários para serem ouvidos, pelo que lhes parecia mais certo avançar com a constituição das comissões com o anterior Regimento, e apresentar, no imediato, aquela alteração no Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, disse que o CDS-PP não tinha nada a obstar àquela proposta, embora corroborasse a posição manifestada pela Deputada Isabel Pires. -----

----- Disse que relativamente à proposta de alteração da composição, por parte do CDS-PP, às comissões, e sendo aquela proposta apresentada conservadora, também nada tinham a obstar que se mantivesse aquele quadro. Mas, obviamente, tinham de ouvir os partidos com maior representação para que pudessem perceber qual seria o quadro final e, depois, o próprio CDS-PP tomaria uma posição. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, referiu uma primeira nota sobre a questão das regras da Assembleia da República que não deveriam ser determinantes em relação ao poder local. -----

----- O poder local tinha uma filosofia própria, e tinha leis próprias. Pelo que julgava que tinha de ponderar aquela matéria. -----

----- O PCP achava que aquela proposta melhorava a situação, embora o PCP tivesse feito, para a discussão do Regimento, uma proposta concreta; até dois deputados por cada força política, para cada comissão. -----

----- Estar a constituir as comissões em função do Regimento que existia, aquela era a prática mais clara e mais correta. Mas, obviamente, poderiam trabalhar no sentido de dar resposta àquela situação que ali se expunha, naquele quadro, e com o qual estavam mais de acordo. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, declarou que havia ali uma matéria de discussão mais ampla que, naquele momento, parecia-lhe que estava a influir



naquela reavaliação do processo porque o que ali era apresentado era uma alteração dramática àquela que já tinha sido uma proposta da Senhora Presidente. E, naquele sentido, e porque gostaria de ter aquela conversa de forma franca, achava que o que estava ali em causa não era, nem o Regulamento da Assembleia da República, nem o Regimento da Assembleia Municipal, nem sequer dificuldades financeiras da Câmara Municipal em ter a Assembleia Municipal a funcionar nos termos que a mesma acha relevantes. Achava que, ali, o problema era outro, e era um problema de perceção pública. Então, poderiam ter aquela discussão dos problemas de perceção pública, e a forma como achavam que a democracia era pressionada pela perceção pública. Mas achava que aquela discussão deveria poder ser tida sem o risco de ser descontextualizada, posteriormente, aquando de uma redação, ou de uma audição de gravações. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que se a perceção pública tinha sido alterada em alguma coisa, tinha sido a própria, que tinha sido atacada num determinado jornal que disse que tinha andado a fazer determinadas coisas para os “boys” e para a “girls”. Não tinha levado aquele assunto ali, nem o queria discutir ali. Era um assunto que, depois, haveria de responder, se assim o entendesse. Do que tinha sido dito, havia coisas que eram verdade, outras que, nem eram verdade, nem eram mentiras, estavam torcidas. Nada tinha a ver com a perceção pública. -----

----- Aquela proposta era o resultado de uma primeira proposta, tendo o Senhor Deputado Luís Newton dito que achava que queria aumentar a proporcionalidade do PSD porque se sentia sub-representado. Por isso, fez uma nova proposta, em que as posições aumentavam. Em face da nova proposta do PSD, a própria distribuiu por todos, o CDS-PP também aumentava e, em face daquilo, também, o PS tinha de aumentar. -----

----- De repente, achou que estavam a entrar numa espiral. E foi por aquela razão que, até tinha ouvido com toda a atenção o que tinha dito o Senhor Deputado Modesto Navarro, e teve a ver a proposta que aquele Deputado tinha feito para alteração do Regimento, não iria conseguir alterar o Regimento naquela fase, mas poderiam encontrar uma solução sensata. -----

----- Referiu ao Deputado Luís Newton que poderiam ter as comissões que ele quisesse, e seria a primeira a exigir que a Câmara pagasse as senhas de presença que fossem necessárias pagar, mas não era muito operacional ter comissões com vinte e cinco, vinte seis e vinte sete elementos. Isso não era operacional. -----

----- Assegurou que a sua preocupação era completamente independente dos ataques que lhe tinham feito. Aquela era uma outra matéria que poderia ser discutida quando quisesse, com, ou sem, microfones, não tinha problema nenhum. -----

----- O problema no imediato era que precisavam de ter as comissões constituídas, e não tinha consenso. Portanto, tinha de agendar aquela matéria em Assembleia, e a mesma tinha de ser aprovada. Poderia ir uma proposta que não tivesse uma aprovação unanime. Seria aprovada, e algumas pessoas poderiam votar contra, mas era uma matéria que tinha de ser apresentada o quanto antes. -----

----- Tinha de resolver aquela questão, pelo que pedia ajuda aos presentes. -----



----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** referiu que, ao contrário do que a Senhora Presidente tinha dito, ainda que tivesse sido diretamente visada, a Senhora Presidente não tinha sido o alvo do ataque. O alvo do ataque era o funcionamento da Assembleia Municipal de Lisboa e a forma como, dentro da Assembleia Municipal, tinham procurado promover, ao longo dos últimos dezasseis anos, sistemas de apoio ao funcionamento e às responsabilidades inerentes ao funcionamento da própria Assembleia Municipal.-----

----- Assegurou que todas aquelas questões estavam interligadas.-----

----- **A Senhora Presidente** pediu para que seguissem a ordem de trabalhos. Se quisessem inscrever aquele ponto, teria muito gosto em discutir aquele ponto mas, naquele momento, pedia para que voltassem à discussão da ordem de trabalhos pois teriam que sair dali com qualquer coisa. Podiam não sair, sendo certo que se assim fosse, prejudicariam o funcionamento da Assembleia Municipal.-----

----- Portanto, sobre a questão concreta das comissões...-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** interrompeu, dizendo que sobre as comissões, havia ali um problema grave de representação. O PSD tinha tido toda a abertura, relativamente à representatividade dos partidos, com menos assentos na Assembleia Municipal.-----

----- Já relativamente àquilo que seria uma redistribuição equitativa, seguindo os princípios do método de hondt para a representação nas próprias comissões, na primeira proposta que a Senhora Presidente tinha apresentado, uma redução substancial daquilo que era o índice e a proporção de representatividade. Tinha tido o cuidado de comissão em comissão estabelecer o método de hondt e compreender como é que era afetado a partir do momento em que existia um conjunto de forças políticas que tinham de assegurar representação em cada uma daquelas comissões, acontecia em prejuízo das forças políticas maiores, sem dúvida. E as forças políticas maiores já tinham manifestado alguma disponibilidade em poder fazer compromissos para poder assegurar uma semelhança àquilo que foi o funcionamento da Assembleia no mandato anterior.-----

----- O que ali era apresentado naquela segunda proposta da Senhora Presidente, que ia a arrepio, inclusivamente, da abertura demonstrada na primeira, era seguir um caminho radicalmente oposto, sendo um caminho de prejuízo da representação das forças políticas, diria que apenas uma força política aumentava a sua representação que eram os Deputados Independentes.-----

----- Perguntou sobre os critérios que foram estabelecidos e reorganizados, eram em função de que tipo de representatividade?-----

----- Referiu que aquela matéria o perturbava porque a representatividade funcionava para uns lados, e não funcionava para outros.-----

----- **A Senhora Presidente** assegurou que compreendia o ponto de vista do Senhor Deputado Luís Newton.-----

----- Disse que para os Senhores Deputados poderem seguir, o quadro que tinham na frente, e esperava que fosse a versão retificada, porque o anterior tinha um erro. O que ali



estava presente tinha a versão retificada em título, para se poder ter a comparação das várias coisas. Na coluna do PSD, os três primeiros números; 4, 2, 4, eram os propostos pelo PSD. Os outros números seguintes, onde estava 2, 2, 2, 2, eram 3, 3, 3, 3, era a proposta do PSD, seguido de 4 que, também era proposta do PSD. Portanto, o total ao invés de ser 22 passaria a ser 26. Tinha sido aquela a proposta. -----

----- Em relação à coluna do CDS-PP, também, havia uma proposta. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** interrompeu dizendo que a primeira proposta da Senhora Presidente era de vinte e quatro Deputados para o PSD, e não vinte e dois. E, portanto, em função daquela reorganização, o PSD solicitou maior participação na 1^a, na 3^a e na 8^a Comissões. -----

----- **A Senhora Presidente** clarificou, dizendo que tinham vinte e quatro posições, passariam a vinte e seis, com aquela alteração. -----

----- Referiu que perante aquela alteração, o CDS-PP pedia que ao invés de ter um deputado em cada comissão, como era visível no quadro, na 1^a comissão seriam duas posições, pelo que o CDS-PP passaria a ter não oito, mas nove posições, o que, automaticamente, colocava a questão de saber se o PCP não queria ter um tratamento equivalente? Era aquela a razão por que levava ali o problema, tinham de encontrar uma solução. -----

----- Quanto à questão dos Deputados Independentes saírem reforçados naquela proposta, a razão tinha a ver com os números porque para não dar ao PS e ao PSD mais do que o dobro das posições que já tinham, a única maneira de reforçar a maioria era dar aos Independentes. Mas não tinha sido os Independentes a pedirem, ninguém o tinha pedido, portanto, poderiam voltar à primitiva, onde estavam os números a vermelho, os Senhores Deputados que colocassem o número um, que era o valor que estava, inicialmente. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** disse que o seu critério relativamente à solicitação de ajuste na 1^a, na 3^a e na 8^a comissões, situava-se dentro dos mecanismos de representatividade que o método de hondt previa. -----

----- Relativamente ao CDS-PP, encontrava aquilo, caso fosse a sua vontade, para a 8^a Comissão. Para as outras não encontrava aquele aumento de representatividade. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** referiu que preferia a primeira proposta. No entanto, pretendia facilitar que fosse encontrado, rapidamente, o consenso sobre aquela matéria que fosse minimamente, equilibrado. -----

----- Assegurou que não era favorável ao aumento do número de membros nas comissões. Era favorável à contenção do número de membros nas comissões. -----

----- Face àquela proposta, respondeu que estaria confortável com um acordo família com os Independentes, no sentido de não terem aquele reforço tão grande, porventura era apenas uma posição, admitia uma comissão que lhes interessasse mais, mas nas outras o PS recuperava duas posições. Por parte do PS, aprovariam a proposta. Era, apenas, uma questão de família que achava que poderiam gerir, facilmente. -----



----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** referiu que, sobre todas as matérias que ali foram faladas, da parte dos Deputados Municipais Independentes, não se opunham, nem à primeira, nem à segunda proposta, pois ambas pareciam-lhes equilibradas, ainda que compreendam que aquela segunda proposta pretendesse atender a um conjunto de critérios que pretendiam ser mais equitativos, e percebiam a oportunidade de a mesma ser feita. -----

----- Continuou dizendo que não existindo ali um consenso relativamente ao texto, não da parte dos Deputados Independentes, mas de outras forças políticas, que seria necessário alterar no Regimento, faria, depois, sentido fazer aquela discussão no Grupo de Trabalho do Regimento, o que não impedia que chegassem, ali, a um acordo sobre as comissões. ----

----- Disse que gostaria, igualmente, de deixar ali expresso que da parte dos Deputados Municipais Independentes não tinha havido nenhuma solicitação de que fosse incrementado o número de presenças nas comissões, aliás, os Independentes tinham enviado à Senhora Presidente a posição que pretendiam, e que eram oito posições para os seis deputados, portanto, bem abaixo das duas representações por deputado. Pediu desculpa, tinha-se enganado, na verdade, eram dez lugares, dez posições, para oito deputados, e portanto, bem abaixo dos dois lugares por deputado, e tinha sido aquele o critério que tinha assistido à proposta que apresentaram, de um deputado em cada comissão, e algumas delas, estar representado por mais do que um deputado. -----

----- No entanto, havia ali um aumento de dez para treze que, voltou a reforçar, não tinha sido solicitado, portanto, por parte dos Independentes, estão de acordo, quer com a primeira, quer com a segunda proposta, e estavam disponíveis na segunda proposta, em relação àqueles três lugares que lhes tinham sido atribuídos, sem que o tivessem solicitado, a serem cedidos, naquele caso, ao Partido Socialista para, caso fosse necessário, reequilibrar aquela proposta. Não se opunham de modo algum. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** referiu que o MPT nada tinha contra à proposta apresentada pela Senhora Presidente. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que relativamente aos Partidos pequenos, era normal que nada tivessem contra porque a posição era a mesma. Portanto, o problema era do outro lado da Mesa, em encontrar os equilíbrios necessários. -----

----- Afirmou que a única solução possível para a questão colocada era todos aceitarem a proposta do PSD no sentido de reforçar aquelas quatro comissões que tinha dois deputados inicialmente, e passarem a três deputados, portanto, as posições do PSD passarem a ser vinte e seis, ficando tal qual o Senhor Deputados Luís Newton tinha pedido. -----

----- Também, não poderiam rejeitar a proposta do CDS-PP no sentido de reforçar uma posição. O Senhor Deputado Luís Newton tinha contrariado, e não sabia se o Senhor Deputado Diogo Moura queria responder. Porque os Senhores Deputados eram cinco e tinham, apenas, oito posições, portanto, não fazia sentido que o PSD tivesse o dobro de posições dos seus deputados e o CDS-PP nem sequer chegasse àquele número, o dobro



dos seus deputados, portanto, achava que deveria ser o CDS-PP a indicar onde é que pretendia reforçar. Pediu que tentassem desempatar a situação. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, disse que para clarificar não tinham apresentado um aumento de um deputado, mas sim dois deputados, quer de mais um deputado na 1ª Comissão, quer mais um deputado na 3ª Comissão, tendo em conta a complexidade, a junção de áreas que tinham sido incluídas na última versão daquelas comissões. Além do mais, era feita uma distribuição proporcional entre os deputados porque o CDS-PP não indicava um deputado para três comissões, mas sempre um deputado por duas comissões. Aquela era uma regra interna. -----

----- **A Senhora Presidente** clarificou que, os Senhores Deputados do CDS-PP, com a proposta que tinham apresentado, eram de dois deputados para a 1ª Comissão, um deputado para a 2ª Comissão, dois deputados para a 3ª Comissão, e um deputado para cada uma das restantes comissões, fazendo dez posições no total. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que aquilo faria sentido se o próprio PCP acompanhasse de forma igual. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que era exatamente aquilo que gostaria de ouvir da parte do PCP, porque como o PCP não tinha respondido quando colocada aquela questão, e a posição do PCP era até de restrição e não de aumento, tinha ficado sem saber o que fazer. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que o PCP não poderia mudar a sua posição que tinha sido definida em discussão no grupo. Pelo que mantinham as oito posições. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que aquela situação obrigava a refazer as contas. --

----- Portanto, voltando os Independentes às posições iniciais que tinham, e que eram dez posições, aceitando as posições do CDS-PP e do PSD, passando a ser dez deputados para o CDS-PP e vinte e seis para o PSD, teria de ser visto de comissão em comissão, quantos lugares é que fixou o PS, e iria ficar bastante mais do que o dobro, para poder garantir a maioria. Mas se os Senhores Deputados entendiam que estava bem daquela forma, assim se faria. -----

----- Era relativamente, fácil corrigir o quadro. -----

----- Portanto, disse que na 1ª Comissão o total do PS, sem Independentes, era de onze elementos, e que a corrigissem se estivesse a dizer algo incorreto... -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** interrompeu, dizendo que tinha aqueles números todos muito presentes, e que aqueles números iriam criar uma desproporcionalidade, entre o CDS-PP e o PCP a qual, não lhe parecia correta. -----

----- Depois, referiu que entre o CDS-PP e os Independentes, também, não lhe parecia muito correta e, por fim, no limite, entre todos e o PSD e, depois, no limite de todos com o PS que, igualmente, não lhe parecia correta. -----

----- Disse que para que fossem evitadas todas aquelas espirais a única sugestão que dava era, mantendo aquela que era a proposta que a Senhora Presidente tinha colocado, se a Senhora Presidente tivesse disponibilidade para a recuperar, aquela primeira proposta, só



lhe fazia uma pequena alteração, e era uma alteração de forma, e era mantendo os mesmos vinte e quatro lugares que a Senhora Presidente tinha disponibilizado para o PSD, continuavam a entender, no entanto, que no âmbito da 1ª Comissão, se trocassem para que não houvessem aumentos de números de deputados, mas pudesse haver aumento de presença, na 1ª Comissão o PSD passaria a ter quatro, e na 2ª Comissão ao invés de ter os três que estavam previstos, passaria a ter dois deputados. -----

----- Salientou defender regressar à primeira proposta da Senhora Presidente da Mesa. -----

----- Continuou, dizendo que para o PS conseguir manter aquela relação, teria que transitar um elemento da 2ª Comissão para a 1ª Comissão. Pelo que, o PS se não objetasse aquela transferência, ficariam na mesma com os números da primeira proposta da Senhora Presidente. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que já tinha conseguido recuperar a sua proposta inicial. -----

----- Disse que o que o PSD estava a dizer era que ... -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** interrompeu, novamente, dizendo que a primeira proposta da Senhora Presidente que tinha, para a 1ª Comissão, nove do PS, três do PSD, e na 2ª Comissão tinha seis do PS, e três do PSD, passaria a ter, na 1ª Comissão, dez do PS, e quatro do PSD, e na 2ª Comissão, cinco do PS, e dois do PSD. -----

----- **A Senhora Presidente** ressaltou que seria aquela a proposta do PSD, manteriam vinte e quatro posições, teriam três deputados em todas as outras comissões, e teriam quatro na 1ª Comissão e dois na 2ª Comissão. -----

----- Quanto aos deputados independentes aqueles mantinham-se tal como tinham proposto. Eram dez posições, tal como tinha proposto. -----

----- Restava a questão do CDS-PP, e confirmou que ficariam com as oito posições iniciais. -----

----- Iria só verificar se as contas estavam certas. Iria confirmar as maiorias e a totalidade. -

----- Naquela situação o que sucedia era que iriam ter, no mandato anterior, a 1ª Comissão tinha dezanove deputados, passava a ter vinte e um deputados. A 2ª Comissão tinha quinze deputados e passava a ter onze. A 3ª Comissão tinha vinte e três deputados, passava a ter vinte e um. A 4ª Comissão tinha vinte e um deputados, mantinha os vinte e um. A 5ª Comissão tinha quinze deputados, passava a ter dezassete. A 6ª Comissão tinha vinte e três deputados, passava a ter vinte e um. A 7ª Comissão tinha dezanove deputados, mantinha os dezanove deputados. E a 8ª Comissão tinha dezanove deputados, passava a vinte e um. -----

----- Referiu que a totalidade das posições ocupadas era de cento e cinquenta e duas versus cento e cinquenta e quatro no mandato anterior. Se isto satisfazia os presentes, salientou que a si própria, também, satisfazia. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que o PCP estava contra aquela situação que estava a ser arrumada, sucessivamente. Pelo que, se



fosse consensual na maioria que ali estava, a proposta passaria à consideração dos grupos, e o PCP na Assembleia, quando fosse a votação, votariam em conformidade. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que aquela posição fazia sentido e era coerente com a posição que desde o início o PCP tinha anunciado. Disse, inclusive, que tinha sido influenciada por tal posição naquela sua tentativa, mas que não tinha corrido bem. -----

----- Afirmou que, sendo assim, iriam fechar aquela proposta tal como estava. Iria imprimir a proposta com aquelas indicações. Ficaria assim, e iria ser distribuída por todos. -----

----- Assim, estavam em condições de agendarem aquela matéria para a próxima semana, para que fosse dada a posse no dia seguinte, eventualmente, faria em dois dias, quarta e quinta, em relação às posses para dar meia hora de distância entre cada uma porque havia sempre um tempo para eleger os secretários e os presidentes, que aliás, o Regimento não mandava eleger, referia apenas que era de indicar, portanto, tinha de ficar registada em ata que tinha tomado posse. -----

Ponto 3 – Informação sobre a distribuição de pelouros na Câmara Municipal de Lisboa e correspondência com as Comissões Permanentes (doc 4 e 5); -----

----- **A Senhora Presidente** disse que tinha distribuído o despacho dos pelouros, mas confessava que não tinha tido tempo de analisá-lo, mas faria um exercício e depois enviaria a todos para a próxima reunião. E costumava fazer o exercício de ver as correspondências entre os pelouros e as Comissões, porque as Comissões eram oito e os pelouros eram nove, enfim, teria de fazer ali uma verificação para saber quais eram os Vereadores para cada Comissão que teria de acompanhar. Mas traria aquele assunto na próxima reunião. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** referiu que tinha detetado um lapso na distribuição feita que achava que poderia não viciar na forma mas que, certamente, viciava na distribuição porque eram escolhas. -----

----- Portanto, no âmbito daquela distribuição, método de hondt, o PSD não aparecia em oitavo, aparecia em sétimo, deveria aparecer em sétimo, o que influía, depois, as restantes posições. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que aquela situação se devia ao problema dos Independentes, a exclusão dos Independentes fazia subir todos. Os Independentes não foram considerados como grupo, eram tratados individualmente. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** referiu que os Independentes não sendo grupo, a indicação número seis, estava correta, se o PS indicasse os Independentes tudo bem, era uma situação de “família”. -----

----- Continuou dizendo que, não querendo induzir em erro, o PS tinha a seguir a oitava indicação, não a sétima, porque a sétima era do PSD, e o PS tinha a oitava na contagem 5,5. E, depois, a seguir, não era o PS. A posição nona era o CDS-PP e o PCP. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que estava mal porque havia uma linha a mais dos Independentes, e que tinha de subir tudo uma posição, porque tinha feito contas aos Independentes que não deveria ter feito, daí o erro. Aquela distribuição do método de hondt estava errada, e o Senhor Deputado Luís Newton tinha razão. -----



----- Referiu que seria melhor irem pelo método de hondt global, e as primeiras oito posições não havia dúvidas que eram como o Senhor Deputado Luís Newton dizia, e depois as segundas oito posições, a primeira seria o CDS-PP e PCP, a segunda PS, a terceira PS, BE, PSD, não sabia se estaria correto. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** corrigiu dizendo que em nono era o CDS-PP, em décimo o PCP, em décimo primeiro o PS, em décimo segundo o PS, em décimo terceiro o BE, em décimo quarto o PSD, décimo quinto o PS, e no décimo sexto o PS, novamente. -----

----- **A Senhora Presidente** agradeceu e confirmou que era aquela a ordenação, mas que tinha uma outra questão, pois não sabia se concordavam com aquela proposta. E a proposta era que as primeiras oito posições fossem para as presidências, e as seguintes oito posições fossem para os secretários. Ou então, teriam de voltar às primeiras oito posições e passariam, assim, a dar tudo aos mesmos. Portanto, a sua ideia era diversificar. -

----- Entretanto, informou que o PCP prescindia da sua posição de secretário pois não estava interessado naquela posição, pelo que, subia mais um. -----

----- Perguntou aos presentes se achavam bem aquela proposta. -----

----- Subindo mais uma posição significava que o seguinte era o PS, pela saída do PCP. ----

----- Portanto, aquilo significaria que o CDS-PP é que teria de escolher qual seria a comissão que pretendia ser secretário, o BE também teria de escolher, o PSD, também, e o PS ficaria com as restantes. -----

----- Perguntou se queriam pensar melhor naquela proposta? -----

----- Concordavam que aquela fosse a solução, posteriormente, iria ser distribuído a todos para indicar os respetivos nomes dos candidatos a presidentes e secretários. -----

----- O Regimento não obrigava a fazer nenhuma eleição, portanto, não iria haver nenhuma eleição, e quando fosse dada a posse era, automaticamente, referenciado quem ficaria presidente, e quem ficaria secretário, segundo aquele critério. -----

----- Informou que a data para a posse seria na quarta e na quinta-feira da semana seguinte. -----

----- Teriam que aprovar na terça-feira a composição final das comissões, e na quarta e quinta daria posse. Na quarta-feira daria posse a quatro comissões, e na quinta-feira daria posse às restantes quatro comissões. No anterior mandato tinha feito todos no mesmo dia e à mesma hora e tinha dado confusão. -----

----- Ressalvou que, ainda, havia uma outra solução possível em que se poderia fazer tudo de uma vez. A posse ao invés de ser de sala em sala, no piso quatro, seriam convocados todos os Senhores Deputados ali para o plenário e dariam a posse, em simultâneo, a todos. Seria na próxima quarta-feira. -----

----- Salvaguardou que no plenário teriam todas as condições necessárias para que todos assinassem os termos de posse, pelo que seria mais fácil. -----

----- Chamar-se-iam todos os Deputados por Comissão, à medida que seria dada a posse. -

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** perguntou por que razão a escolha ser na quarta-feira? -----



----- **A Senhora Presidente** respondeu que não se tratava de um ato de plenário, era um ato de comissões, pelo que não fazia sentido ser marcado para dia de plenário.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** perguntou se havia possibilidade de ser na quinta-feira?-----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que poderia ser na quinta-feira. Poderia ser no dia que os Senhores Deputados entendessem. Se não estivesse presente, estaria a Mesa. Não havia problema nenhum. Só tinha indicado quarta-feira para que se processasse mais rapidamente.-----

----- Assegurou que poderiam marcar para quinta-feira. Ficariam empossados, e os Senhores Deputados ficariam em condições de poderem marcar os seus trabalhos e organizarem a sua vida.-----

----- Em relação ao horário, informou que teria de ser ao final da tarde, já que as comissões, no geral, eram ao final da tarde, entre as 18h00 e 18h30.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** pediu um esclarecimento, perguntou se a tomada de posse era de todos os secretários e presidentes?-----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que era a posse de todos os membros de todas as comissões, razão pela qual ser tudo no mesmo sítio.-----

----- Confirmou ser no dia catorze, entre as 18h00 e as 18h30.-----

----- Ficou tudo combinado daquela forma.-----

Ponto 4 – Calendário de apreciação das propostas da Câmara Municipal relativas a: -----

----- - **Opções do Plano 2018-2021;**-----

----- - **Orçamento Municipal 2018;**-----

----- - **Tabela de Taxas 2018 e Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas;**-----

----- - **Mapa de Pessoal;**-----

----- - **Política fiscal municipal para 2018;**-----

----- - **Instrumentos de gestão previsional das empresas municipais;**-----

----- **A Senhora Presidente** referiu que o Senhor Vereador tinha-lhe feito chegar todos os documentos.-----

----- Confirmou que tinha sido feito um CD que foi distribuído por todas as forças políticas.-----

----- Afirmou que não tinha mandado fazer cópias em papel porque se tratavam, ainda, de documentos preliminares, que não tinham sido aprovados em Câmara, e assim, evitou estar-se a gastar papel sem necessidade. Apenas, tinha pedido duas cópias em papel para ficar no NAC, no Núcleo de Apoio às Comissões, para os Deputados que preferissem fazer a consulta em papel.-----

----- Assim, o Senhor Vereador iria explicar aos presentes o calendário que tinha para a Câmara.-----

----- Ali, tinham que, posteriormente, combinar entre todos qual é que seria o calendário a fixar.-----



----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** referiu que o calendário que tinham feito sobre aquele conjunto alargado de documentos, e que eram todos os instrumentos provisionais do Município de Lisboa para o próximo ano, e para os próximos anos já que continha o Plano Plurianual, era para ser levado à Câmara no dia catorze de dezembro. ----

----- Assegurou que tinham alguma ilusão de que seria possível, ainda, a Assembleia poder pronunciar-se sobre aquela matéria, no corrente ano, mas admitia que era forçar um pouco a nota. Mas assegurou que no dia catorze teriam os documentos todos aprovados, em Câmara, e também, toda a disponibilidade para poderem discuti-los logo que entendessem e começassem a marcar as comissões.-----

----- **A Senhora Presidente** agradeceu ao Senhor Vereador, e referiu que a Assembleia teria a sua última sessão plenária no dia dezanove de dezembro. Portanto, na semana do Natal e Ano Novo, não iriam ter trabalhos parlamentares.-----

----- Afirmou que sabia que quanto mais tarde se aprovasse o orçamento mais dificuldade haveria no início do ano, mas assegurava que não era necessário atrasarem muito.-----

----- Por outro lado, as Comissões iriam tomar posse a catorze de dezembro, poderiam até fazer uma reunião, eventualmente, se quisessem, naquela semana que teriam a última sessão, a dezanove de dezembro, poderiam, fazer uma primeira reunião naquela altura, se assim o entendessem, mas, certamente, só poderiam dar o seu parecer no princípio de janeiro. -----

----- Informou que teriam plenário no dia nove de janeiro. -----

----- Iria aguardar que as Comissões tomassem posse, e que os respetivos Presidentes a informassem quais seriam os seus calendários, aliás, iria pedir na primeira reunião que convocassem comissões para elaborarem os calendários, e todas as audições que pretendiam fazer para, depois, poderem ver quando é que conseguiriam ter tudo apreciado e em condições de ser levado a plenário. -----

----- Perguntou se pretendiam manter o mesmo critério usado no mandato anterior, e que tinha sido o seguinte; o orçamento era analisado pela 1ª Comissão, o Mapa de Pessoal era a 1ª Comissão, a Política Fiscal, também, era a 1ª Comissão e, quanto à Política Fiscal disse que tinham um problema, teriam que aprovar a Política Fiscal até trinta e um de dezembro, o que significava que, pelo menos, a 1ª Comissão, logo que fosse empossada no dia catorze, iria ter de combinar uma reunião com o Senhor Vereador para poderem dar algum parecer, porque, provavelmente, teriam que agendar as propostas relacionadas com a Política Fiscal para o dia dezanove que era a última sessão que tinham, antes do Natal, porque caso contrário não conseguiriam cumprir a data oficial e legal que era trinta e um de dezembro. E se não informassem a Direção Geral de Finanças sobre a Política Fiscal para o ano de 2018, eram obrigados a aplicar as taxas que não seriam as que pretendiam. Havia uma alteração em relação ao ano anterior, pelo que convinha a sua apreciação. -----

----- Verificava-se alguma continuidade na Política Fiscal, a qual não incluía o Regulamento de Taxas, portanto, as polémicas, todas, eram à volta das taxas, mas o Regulamento de Taxas era, puramente, da competência da Câmara, não tinha que ser



enviado à Administração Central até trinta e um de dezembro, teriam de ser enviados, sim, o IMI, o IMT, IRC, Derrama, IRS, era aqueles, e tinha havido alguma continuidade.--
----- Pediu ao seu gabinete para verificar todo aquele pacote conjuntamente, com o gabinete do Senhor Vereador, e alertou que teriam que discutir a política fiscal no dia dezanove, e iria fazer um apelo à 1ª Comissão, até dia dezanove de dezembro ouvissem o Senhor Vereador, e se quisessem dar algum parecer, se tivessem tempo para o mesmo. Até poderia ser que pudessem fazer logo uma reunião no dia catorze, a seguir à posse.-----
----- Ficava assim, combinado em relação à Política Fiscal para dia dezanove, e o restante para janeiro, em conformidade com os calendários que as Comissões enviassem.-----
----- Reiterou a informação, a 1ª Comissão teria que analisar o Orçamento, Política Fiscal e Mapa de Pessoal.-----
----- Depois, teriam alteração ao Regulamento de Taxas que, em princípio, também seria analisado pela 1ª Comissão, mas poderia ter outras componentes que as outras Comissões poderiam, também, querer analisar consoante as respetivas taxas.-----
----- Depois, teriam as Grandes Opções do Plano que envolvia todas as comissões, pois eram as prioridades do investimento para o ano seguinte, aliás, para o mandato inteiro e, portanto, tinham que todas as comissões chamar um, ou dois, Vereadores, consoante aquele acerto entre pelouros e comissões.-----
----- Perguntou se concordavam com aquele critério? Todos concordaram. Então, era assim que se faria.-----
----- Havia, ainda, os instrumentos de gestão provisional das empresas municipais, e lembrou que não eram da competência da Assembleia Municipal.-----
----- As Empresas Municipais tinham uma Assembleia Geral constituída por uma só pessoa, que era a Câmara Municipal de Lisboa representada por um só Vereador, e era aquela Assembleia Geral sozinha, constituída por uma só pessoa, é que aprovava as contas.-----
----- Mas, alertou, que aquela situação não significava que o assunto não fosse discutido em Câmara para que o Senhor Vereador que fosse representar, soubesse o que iria fazer, e que a Assembleia não pedisse explicações, mas não passava pela Assembleia, segundo a lei em vigor. Mas podiam pedir explicações, e as comissões correspondentes das várias empresas, poderiam pedir explicações sobre as mesmas.-----
----- **Ponto 5 - Eleição da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa no dia 11 de dezembro de 2017 (doc 6);**-----
----- **A Senhora Presidente** informou que tinha recebido um edital do Senhor Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa para fazerem uma eleição da Comissão Executiva que teria de ser feita à mesma hora, e no mesmo dia, de todas as Assembleias Municipais da Área Metropolitana de Lisboa. Portanto, a data era dia onze de dezembro, entre as dezanove e as vinte e uma horas. Eram só os eleitos diretos que votavam.-----
----- **Ponto 6 - Ajustamento do Calendário das reuniões da AML até final de 2017 (doc 7);**-----



----- **A Senhora Presidente** referiu que relativamente ao ajustamento de calendário a única coisa que tinham era a reunião do dia onze de dezembro. -----

----- Para a sessão do dia dezanove de dezembro, que era a última do ano, se achassem bem, tinha feito a seguinte diligência, na última reunião do ano tinham sempre um lanche de natal, com os funcionários da Assembleia e tinha proposto chamar o Coro de Gospel para apresentarem um espetáculo no início da sessão, vinte minutos, meia hora, pelo que iriam iniciar os trabalhos mais cedo, pelas catorze horas e trinta minutos. -----

----- **Ponto 7 - Outros assuntos:** -----

----- **Clarificação da aplicação do método de *Hondt* à indicação de personalidades para o Conselho Municipal de Segurança.**-----

----- **A Senhora Presidente** referiu que aquele era o método de *Hondt* original, tinham na posição vinte e três, MPT, PAN, PEV, PPM, quatro partidos que tinham o mesmo número de deputados eleitos, e por isso, apareciam na mesma linha do método de *Hondt*, e a preocupação era como é que desempatariam aquela situação. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** disse que tinha uma sugestão os desempates serem feitos, tal como o método de *Hondt* já previa, recorrendo àquela que foi a votação eleitoral. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que aquela sugestão era boa, mas como se tratavam de coligações não sabia quais eram os votos de cada um. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** respondeu que os mesmos tinham integrado, o PEV tinha integrado a coligação CDU, o MPT e o PPM tinham integrado a coligação Nossa Lisboa, portanto, o PEV beneficiava da votação conjunta, e o PPM e o MPT beneficiavam da votação conjunta. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que daquela forma, o PPM e o MPT ficariam, igualmente, empatados. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** respondeu que entre o PPM e o MPT, a sugestão que fazia era que o que vinha primeiro era aquele que vinha na posição mais alta da lista da coligação. Portanto, primeiro vinha o PPM e depois, o MPT. -

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** referiu que a sugestão do MPT é que seria por antiguidade. Ou seja, o grupo que estivesse mais tempo na Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** salientou que aquele desempate deveria ser feito pelo método que tinha sugerido. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que havia, ali, vários critérios; o critério da coligação, o critério do mais antigo, o critério dos que tinham ido a eleição direta, eram todos eleição direta, naqueles quatro partidos eram todos eleição direta. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** alertou que o facto de ser uma coligação não queria dizer que não fosse uma eleição direta. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** referiu que os eleitores não sabiam em quem estavam a votar quando colocaram o voto. -----



----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** respondeu dizendo que achava que aquela era uma referência que o Senhor Deputado Miguel Santos depois, em ata, iria pedir para que fosse corrigida, talvez porque não fosse bem aquilo que queria dizer e que, por isso, iria pedir para que fosse retirado da ata. -----

----- **A Senhora Presidente** continuou, dizendo que tinham pouco tempo, pedia para que fossem mais rápidos. Pediu para que desempatassem aquela situação. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** perguntou por que razão apenas estava em causa um lugar? Não se tratava, igualmente, de designar dezassete cidadãos? -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que, apenas, faltava um para preencher o lugar. ----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** salvaguardou que também teriam que ter em conta que aquele seria o método que teriam que avaliar exatamente, como também teriam de definir igualmente para o CDS-PP e para o PCP. ----

----- Disse que tinha uma interpretação muito própria em relação ao empate do PCP com o CDS-PP. Também, poderia servir para aquele critério. Tendo em conta que o PCP concorreu em coligação, e tendo em conta que o CDS-PP concorreu em coligação... -----

----- **A Senhora Presidente** disse que para desempatar tinha-os colocado por ordem alfabética, mas confessava que não era muito criterioso. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que o seu critério era exatamente, como o Senhor Deputado Luís Newton tinha referido, pelo número de votos da coligação em conjunto. Assim, tendo ficado em segundo lugar a coligação que o CDS-PP integrou, e a do PCP em quarto, aquela era uma outra matéria. E a questão da lista poderia ser um dos critérios. Mas achava que ali deveria de haver um entendimento entre o MPT e o PPM.-----

----- **A Senhora Presidente** disse que o critério seria ter em conta a votação quer do partido, quer da coligação. E quem tivesse a votação mais alta passaria à frente. -----

----- Depois se fossem dentro da mesma coligação, iria ver-se o lugar em que estaria na lista. Quem tivesse a posição mais alta passaria à frente. Era aquele o critério. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** referiu que o assunto tinha a ver com a sessão que teriam de seguida, tinha a ver com os votos de pesar apresentados sobre o Zé Pedro. Achava que nunca tinham tido tantos votos de pesar sobre a mesma pessoa e, naquelas situações, achava que fazia sentido haver um voto da Mesa que fosse consensualizado entre todos. Não seria difícil. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que não conseguiria cingir tudo em apenas um voto, pelo que propunha que ao invés dos votos serem lidos pela Mesa, cada partido que apresentou, lia o seu voto. Achava que seria mais bonito assim. -----

----- Pediu, igualmente, e porque todos sabiam que o Zé Pedro não gostava de minutos de silêncio, era que não houvesse minuto de silêncio, sugerindo, para o efeito, uma salva de palmas. -----

----- Uma coisa sóbria para si era terem uma imagem do Zé Pedro, e darem uma salva de palmas depois de aprovados os votos de pesar. -----



----- Por outro lado, referiu que em relação à Proposta nº 661/2017, a repartição de encargos dos contratos dos assessores, não iriam poder aprovar a proposta naquele dia, lamentava, porque a proposta estava mal redigida. A redação que estava na proposta deixava de fora os gabinetes da Presidente, do Primeiro Secretário, da Segunda Secretária e dos Deputados Independentes. E dos restantes gabinetes, ficavam de fora os secretários. Portanto, estava mal redigida. -----

----- Tinha chamado a atenção do Senhor Vereador no sentido da mesma ser reformulada, e sugeria, porque já estavam em cima dos prazos, as pessoas estavam à espera, estavam aflitas, porque já tinha passado tempo, estavam a trabalhar desde o início de novembro, já deviam de ter a sua vida assegurada. Atendendo a que aquela matéria se prendia com critérios objetivos do que é que era, na função pública, um salário de um adjunto, o que é que era, na função pública, o salário de um secretário, portanto, o equivalente a prestação de serviços, quanto era, quanto deveria ser, e que aquelas coisas deveriam ser equilibradas, e que mudavam todos os anos por causa do problema do Orçamento de Estado e também, da mudança dos escalões do IRS, e dos descontos dos independentes, e dos recibos verdes. Eram questões bastante complexas. -----

----- Sugeriu, assim que aprovassem uma repartição de encargos somente para 2018, de acordo com o que estava no Orçamento da Câmara para 2018, para aquela matéria. E teriam tempo, no ano seguinte, de discutirem aquela matéria uma vez que a mesma tinha provocado tantos incómodos em notícias que tinham saído, teriam tempo para discutir entre todos se achavam que o critério era o correto, ou não. Teriam o ano inteiro para analisar aquela questão com cuidado e para encontrarem uma melhor solução até ao final do mandato. O que não podiam era deixar as pessoas que já estavam a trabalhar sem o mínimo de segurança. Portanto, achava que aquela seria uma solução possível. E tinha sido, naquele sentido, que tinha enviado um documento a dizer que o que estava na proposta não estava em condições de ser votado pois estava mal redigido. Propunha, assim, que fosse adiada, que a Câmara corrigisse a redação para poderem validar uma redação certinha, pelo que faziam, apenas, para 2018, porque estarem a fazer a repartição de encargos sem saberem qual o montante, não sabiam nada do que seria o Orçamento de Estado para 2019-2020. Sabia que haveria problemas para a Câmara, era mais fácil fazer-se tudo de uma vez, mas pedia para ponderarem de seria, assim, possível. Se o Senhor Vereador visse que haveria algum inconveniente que dissesse. -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** respondeu que teriam que informar da tal taxa, a Taxa Municipal de Direito de Passagem, até ao dia trinta e um de dezembro, para informarem a ANACOM. -----

----- Relativamente à proposta que estavam a discutir, obviamente, havia um lapso que lhe parecia que poderiam utilizar, por uma questão de tempo e de acelerarem aquele processo, porque as pessoas iriam ficar à espera que a Câmara decidisse, para depois voltarem, ali. ---

----- De qualquer forma, era necessário fazer aquela alteração, e tinham ali uma proposta de alteração que resolvia a primeira questão suscitada pela Senhora Presidente. E, depois, relativamente à segunda, independentemente de outras abordagens que pudessem ser



feitas e da Assembleia entender que tinha de ser corrigida aquela situação, achava que o que fazia sentido era evitar que, todos os anos, tivessem que fazer uma enorme quantidade de documentação para renovar contratos que já sabiam que iriam existir e que, portanto, de legalidade duvidosa aquelas renovações sistemáticas anuais, e foi aquela situação que tentaram evitar com aquela proposta. -----

----- Assegurou que entendia que a questão tinha criado um ruído que lhe parecia, e não se importava de referir, merecia uma resposta conjunta de todas as forças políticas sob pena de deixarem que algumas pessoas que não queriam bem à democracia, porque se quisessem analisariam aquela questão de uma outra forma. Faziam um conjunto de abordagens à questão completamente demagógicas, pelo que importava que a posição fosse conjunta, e apelava para que aquilo pudesse acontecer. -----

----- Era de todo conveniente que o assunto fosse levado àquela sessão, se possível, aprovado com as alterações que ali estavam, sob condição, evidente, de a Câmara retificar, porque havia um conjunto de alterações que, até diria, já em outras situações, tinham sido consideradas materiais e, por aquela razão, nem carecia, mas admitia que seria mais robusto para a Câmara retificar. -----

----- Quanto à questão dos quatro anos, referiu que havia toda uma vantagem de fazer-se daquela forma, porque evitava imenso trabalho a grande parte das pessoas responsáveis pelo mesmo. -----

----- Se adiassem aquela discussão iriam voltar a tê-la no final do ano, e iriam ouvir, na mesma, os populistas com a mesma conversa, pelo que lhe parecia que seria de todo, conveniente resolverem tudo de uma vez só, e serem claros relativamente à posição, relativamente àquilo que eram os apoios necessários para que a democracia funcionasse. --

----- Assegurou que eram únicos, ninguém poderia tecer comparações com os mesmos, naquela matéria e que, fazia todo o sentido que, também, a fórmula de apoio às forças políticas fosse diferente. -----

----- Em relação aos valores, estavam mais que explicados, era só fazerem contas e percebia-se que não havia nenhum valor exorbitante a pagar a ninguém. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** referiu que, sobre aquele assunto, gostaria de deixar ali dois pontos. -----

----- Em primeiro lugar, tinha uma pergunta para a Senhora Presidente. Perguntou se antes de sair aquela notícia do Jornal Sol, se a Senhora Presidente tinha sido contactada por algum jornalista do Sol para prestar esclarecimentos sobre o modelo de funcionamento da Assembleia Municipal? -----

----- Continuou dizendo que temia que não tivesse sido contactada porque, certamente, teria tido a oportunidade de esclarecer que a Assembleia Municipal não reunia somente cinco vezes por ano, que o modelo que existia era um modelo que tinha o seu início anterior ao Presidente António Costa, portanto, não tinha sido o Presidente António Costa que tinha inventado aquilo, mas havia uma questão que lhe parecia fundamental, e parecia ser o ponto daqueles que queriam mal, tinham estado constantemente, a pegar. E o ponto era, o modelo que tinham encontrado de referência para obter os valores para os



gabinetes era o que estava a gerar polémica, porque o populismo tinha-se agarrado àqueles valores como se fossem aqueles os valores praticados ali dentro. E, disse mais, que aquela situação resolvia parte do problema que estava ali em discussão, porque na realidade quando aquela verba servia, em bom rigor, para a contratação de assessores, a discriminação técnica, ou fiscal, depois, não existia, não havia o assessor secretário, ou o assessor principal. Portanto, com aquele valor continuava a poder contratar para funções de assessoria principal, ou assessoria de secretariado, os mesmos elementos. Pelo que adiar aquela proposta não beneficiava nenhum deles, porque na realidade, eles iriam ser contratados sobre o mesmo modelo. -----

----- Era muito franco, disse se a Senhora Presidente adiasse pelo motivo que não estava lá o gabinete de apoio à Presidente da Assembleia Municipal, estava para ver o que diriam os jornais no dia seguinte. Dizia aquilo que já tinha expressado publicamente, à Senhora Presidente, as pessoas injustamente visadas no dito jornal não eram da sua cor política, em relação à Senhora Presidente disse que já tinham estado mais próximos, num passado que, achava que, ainda, não era militante, e aquilo para dizer que, apesar de não haver afinidades, não podia deixar de expressar ali a sua profunda indignação com a forma como aquela notícia tinha sido escrita, sendo que a única verdade que encontrou na notícia era a proposta, era a única verdade. A partir dali, era um mar de insinuações e de inverdades, de ataques ao caráter da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, de ataques ao atual Primeiro-ministro e Presidente da Câmara. -----

----- Gostava muito de fazer oposição ao atual Primeiro-ministro e ao atual Presidente da Câmara, não tinha oposição a fazer Presidente de Mesa da Assembleia Municipal porque a Senhora Presidente regia os trabalhos sempre com a elevação e a independência, às vezes enganava-se nas contas mas não tinha mal, pois o PSD tinha sempre o Excel corrigido, muito embora o Excel não fosse a base da política, nem o futuro da política, mas o Excel era a referência para a ação política, tudo aquilo para dizer ali, aquilo que já tinha tido oportunidade para dizer à Senhora Presidente, para manifestar a sua profunda indignação. Injustiça era algo com que lidava muito mal, o seu profundo desacordo com a forma como as coisas tinham sido transmitidas e dizia-o de forma pública porque entendia que, independentemente das divergências que pudessem existir, achava que não era útil fazerem o adiamento daquela proposta, estava em sintonia com o Senhor Vereador das Finanças, sentia que devia de existir uma posição conjunta no sentido de transmitir de forma clara que tinha havido uma tentativa de engodo relativamente àquilo que era o modelo de funcionamento da Assembleia Municipal, que os valores que eram apresentados na notícia não eram os praticados e era isso que estava a gerar indignação na população, aqueles não eram os valores praticados. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que tinham pouco tempo e tinham que tomar duas decisões, a primeira era se votariam a proposta naquele dia, ou não, e no caso de sim, qual a redação que iriam votar. A segunda era se fariam um comunicado conjunto sobre aquela matéria. A primeira decisão teria que ser decidida ali, naquele momento. A segunda poderia não ser decidida naquele momento, teriam de ter tempo para pensar, teriam de ter



tempo para redigir um texto que fosse sensato e que não fosse fazer pior do que já estava. Pedia alguma calma sobre aquele assunto, e pediu mais tempo para pensar. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** referiu que concordava com a votação do Senhor Vereador nos termos que o próprio tinha proposto. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** referiu que iria ser económico e breve, e que fazia suas as palavras do Deputado Luís Newton, em termos da indignação e, também, da proposta do Senhor Vereador das Finanças de se tomar uma posição conjunta que achava que era algo que deveria de ser feito *à posteriori*. -----

----- Por outro lado, relativamente à proposta achava que poderia ser considerada, pelo que gostaria de perceber qual seria a redação para que pudessem votá-la naquele dia, e depois ser retificada em Câmara. Mas gostaria de ouvir a redação. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** referiu que subscrevia as palavras do Senhor Deputado Luís Newton, e dizer sim às suas duas propostas, sim votar naquele dia a proposta e, sim, fazerem um comunicado conjunto. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que gostaria de mostrar indignação sobre aquele assunto, não valia a pena estar a repetir porque o tempo era muito curto, pelo que fazia suas as palavras do Senhor Deputado Luís Newton. -----

----- Achava que era essencial votarem, naquele dia, a proposta porque estavam a ser preparadas peças jornalísticas para saírem no fim de semana, quinta-feira, mas havia jornalistas de semanários que estavam a preparar. -----

----- Tinha sido contactado várias vezes e esperava um esclarecimento por parte da Assembleia Municipal, por parte de todos, pois achava ser o mais coerente e o mais acertado. -----

----- Referiu que concordava com a votação da proposta, naquele dia. E achava que aquele esclarecimento e posição, por parte da Assembleia, não poderia demorar muito tempo. ----

----- **A Senhora Presidente** disse que se achassem que aquele esclarecimento teria de ser feito, poderia fazer uma redação, distribuir, de seguida, por todos, até quinta-feira, teriam tempo de ver. Se saísse na quinta-feira teria tempo de sair para os semanários, e colocar-se-ia, igualmente, no *site* da Assembleia. Mas tinha de ser um texto adequado. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que achava que deveriam de seguir o caminho e não dar azo a outras situações. Era esclarecer nas intervenções iniciais, do que se tratava e avançar. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que o Senhor Vereador teria oportunidade de esclarecer pois seria ele a apresentar a proposta. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** referiu que o que era necessário era seguir o caminho tranquilamente, apresentar a proposta e votar. -----

----- Efetivamente, talvez pela idade, tinha algumas dúvidas sobre as virtualidades esclarecedoras. Mas deixava o assunto à consideração da Senhora Presidente e, naturalmente, estaria solidário com qualquer declaração que entendesse realizar. -----



----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** afirmou que subscreviam as duas situações, a votação da proposta naquele dia, e um comunicado para esclarecer a situação no sentido de evitar que houvesse mais ruídos.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** referiu que era no mesmo sentido, e pedir para que, posteriormente, fossem enviadas as alterações para poderem ficar com aquele registo.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** referiu que, também, subscreviam a votação naquele dia e, obviamente, estavam solidários com a posição da Senhora Presidente.-----

----- **A Senhora Presidente** ressaltou que seria útil o Senhor Vereador ler a redação que pretendia apresentar.-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** esclareceu que a falha que tinham incorrido, no fundo, diziam que “*abertura de procedimento de contratação de assessores dos gabinetes de apoio aos grupos municipais com representação na Assembleia, e ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa*”, era substituir aquilo por: “*...contratação de prestação de serviços de assessoria e secretariado dos gabinetes de apoio à Mesa da Assembleia, aos grupos municipais com representação na Assembleia e aos Deputados Independentes, bem como ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa*”. Era aquela a alteração.-----

----- Sugeria que fosse para os quatro anos porque de facto do ponto de vista da contratação pública era muito mais fácil, direto e legal, porque já sabiam que, em princípio, eram aquelas pessoas, não era mais do que um mandato, era uma autorização genérica, por isso não tinha valores porque os valores poderiam oscilar em função de um conjunto de coisas.-----

----- Como todos sabiam os contratos também, poderiam acabar em qualquer momento, bastava que quem os outorgasse, assim o entendesse. Era algo completamente, natural e era a forma mais clara e direta de relacionamento contratual com os assessores e com os secretários.-----

----- **A Senhora Presidente** referiu que a ser aquilo, teria que ser aprovado naquele dia e pedir à Câmara para retificar.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que não sabia se era uma questão de erro na formalidade, mas achava que tinham confundido um pouco, ou tentaram confundir a opinião pública, e que era o facto de terem aqueles quadros comparativos a dizer assessor e secretário, quando achava que o termo correto era apoio técnico e administrativo, aliás, pelo menos nos contratos de prestação de serviço era apoio técnico e administrativo.-----

----- Sabia que para os presentes, ali, era indiferente, mas para fora era completamente distinto haver aquela linguagem.-----

----- No anterior mandato, nos contratos, o termos utilizado era apoio técnico e administrativo, e na Câmara, também.-----



----- **A Senhora Presidente** acrescentou que o termo apoio político também era importante, não era só técnico e administrativo, também o termo apoio político era importante. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** afirmou que lhe parecia que aquilo reforçava a tese de que tinham um teto, *plafond*, e não era propriamente um secretário, ou assessor que ganhava aquilo. Era dentro dos apoios técnicos, políticos e administrativos, havia um *plafond*. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que havia um problema mas depois, veria com o Senhor Deputado Luís Newton, a questão dos lugares dos Vereadores na mesa, porque havia uma dúvida, mas pedia para depois ver o referido assunto com o Deputado porque era um assunto que não afetava todos, pelo que iriam resolver o assunto, diretamente. Era simples. -----

----- Agradeceu a colaboração de todos naquela reunião. -----

----- **Durante a reunião** foram distribuídos os seguintes documentos que se anexam à presente ata e dela fazem parte integrante: -----

- Doc 1 e 2 – Aprovação da ata n.º 1 e da ata n.º 2; -----

- Doc 3 – Fixação da composição final das Comissões Permanentes, distribuição de Presidentes e Secretários ou Secretárias e marcação da tomada de posse; -----

- Doc 4 e 5 – Informação sobre a distribuição de pelouros na Câmara Municipal de Lisboa e correspondência com as Comissões Permanentes; -----

- Doc 6 – Eleição da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa no dia 11 de dezembro de 2017; -----

- Doc 7 – Ajustamento do Calendário das reuniões da AML até final de 2017. -----

----- Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas dezasseis horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pelos membros que compõem a Mesa. -----

A Presidente _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____